

Trabalho e emprego

O desemprego e suas implicações na vida das mulheres*

Elisabeth Kurtz Marques**

Psicóloga, Técnica da Fundação de Economia e Estatística

“Insiste-se em considerar norma um passado extinto, um modelo apodrecido [...] Que impostura! Tantos destinos massacrados com o único objetivo de construir a imagem de uma sociedade desaparecida, baseada no trabalho e não em sua ausência.”

Forrester (1996)

O desemprego tem sido elencado como uma preocupação central em diversas áreas de estudos além da Economia, como no campo das Ciências Sociais (especialmente na Psicologia Social e na Sociologia), pelo dano que causa à sociedade em geral, sendo associado a fenômenos como a pobreza, a miséria e a marginalidade, comprometendo o comportamento psicossocial dos indivíduos (Chahad; Chahad, 2005).

Estar desempregado, além de intervir no âmbito do mercado de trabalho em si, na economia e nas mais diversas áreas da sociedade, impactando, também, o âmbito familiar, desencadeia no indivíduo consequências negativas, afetando sua moral e sua saúde psicológica.

No entanto, a demissão e a eliminação de postos de trabalho passaram a estar presentes, dentre alguns outros fatores, no contexto das mudanças estruturais da economia a partir da década de 90, vinculadas aos processos de globalização e reestruturação produtiva, impactando fortemente o mercado de trabalho e, por consequência, os trabalhadores.

Foi com esse cenário que, diante da intensificação do ingresso definitivo das mulheres no mercado de trabalho, ganharam maior relevância as análises das condições de inserção da mulher no mundo do trabalho, notadamente pelo fato de apresentarem historicamente taxas de desemprego mais elevadas, resultando em que a convivência com a “falta de empregos” passasse a ser mais um obstáculo em seu mundo profissional. Tais realidades tornaram-se foco de muitos estudos e pesquisas, assim como a expressão “mulher, trabalho e saúde” ganhou destaque em inúmeros congressos e debates (Mulher e Trabalho, 2002; 2003; 2004; 2005).

Segundo os **Censos Demográficos** (IBGE, 1991; 2000), o contingente feminino passou a representar 41,9% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana no Brasil, em 2000, quando, em 1991, representava 36,0%.

Esse padrão de comportamento ocorreu de forma semelhante no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no período a ser analisado neste estudo, uma vez que, em 1993, a taxa de participação da PEA feminina na Região era de 44,5% e, em 2007, passou para 49,0%, sendo que, de toda a série de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), o maior aumento da PEA feminina foi registrado no período 1997-98, com uma taxa de crescimento de 10,8%.

Explorando mais ainda essa realidade, as novas configurações familiares, por seu turno, impuseram ao contingente feminino a procura por trabalho extraluar, pois muitas mulheres se viram obrigadas a complementar a renda doméstica, e outras tantas tiveram que assumir a chefia de domicílio¹. O aumento do percentual de mulheres

* Artigo recebido em 09 out. 2008.

** E-mail: elisabeth@fee.tche.br

A autora agradece a leitura atenta e as valiosas críticas e sugestões à versão preliminar deste texto aos colegas Irene M. Sassi Galeazzi, Miriam De Toni, Raul Luís Assumpção Bastos e aos colegas que elaboraram os dados estatísticos do Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego (CPED).

¹ Segundo o IBGE (PNAD, 2006), no Brasil, o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família aumentou consideravelmente entre 1996 e 2006, passando de 10,3 milhões para 18,5 milhões. Em termos relativos, esse aumento correspondeu a uma variação de 79%, enquanto, nesse mesmo período, o número de homens “chefes” de família aumentou 25%.

vivendo sozinhas e buscando seu sustento foi outro fator relevante desse contexto (Marques et al., 2004).

O presente artigo propõe-se a explorar a temática do desemprego sob o recorte de gênero na Região Metropolitana de Porto Alegre, utilizando a base de dados da PED-RMPA. No primeiro tópico, busca-se, na literatura especializada, examinar o desemprego quanto ao aspecto psicossocial, o significado da condição de estar desempregado e as consequências sobre a saúde psicológica dos trabalhadores, enfocando o papel central que o trabalho exerce na identidade do indivíduo. No segundo item, analisa-se a evolução do desemprego feminino desde 1993 até 2007, através dos dados levantados pela PED-RMPA; o referencial comparativo é o grupo masculino que se encontrava na mesma condição, verificando-se o tempo médio que o contingente feminino desempregado despendeu na procura por trabalho, confrontando com os períodos de maiores taxas de desemprego. O recorte sociodemográfico deste estudo contempla nível de escolaridade, idade e posição no domicílio dessa população. E, no último item, tecem-se as **Considerações finais**, resumindo os principais resultados.

A questão do valor do trabalho e suas interveniências psicossociais

A questão do trabalho para homens e mulheres continua sendo, em nossa sociedade, extremamente valorizada, pois é vista como fonte de dignidade e honestidade, elemento fundamental da identidade do indivíduo. A ausência de trabalho representa frustração para os indivíduos, que se expressa através de sentimentos como a culpa e o constrangimento. O trabalho, reconhecidamente, é fonte de sustento e de acúmulo de capital e afeta o quadro econômico mundial, mas também é de suma importância para a Psicologia, pelos impactos psicológicos que são causados pelo desemprego (Chahad; Chahad, 2005).

O não-exercício de algum tipo de trabalho que tenha valor no plano social reflete, em homens e mulheres, sentimentos de não-reconhecimento, de desvalor e de desrespeito, aspectos que afetam a maneira como o indivíduo acredita que é visto pelo outro. Com suas auto-imagem e identidade alteradas, o indivíduo entra em colapso social (Macedo, 1992; Kelvin; Jarret, 1985).

Essas idéias de dignidade e honestidade inerentes a um ser que trabalha foram internalizadas ao longo de muitos séculos e fortalecidas pelo capitalismo, que, com o seu ideal de obtenção de lucros cada vez maiores, através do crescente aumento da produção, valorizou o exercício do trabalho, agregando a ele objetivos e disciplinas das próprias organizações que demandavam trabalho, o que, por consequência, induziu os indivíduos que procuravam ocupação a personificarem e sentirem como se fossem deles mesmos essas necessidades, contribuindo, assim, para a formação da identidade de cada trabalhador. Assim, em nossa sociedade, as pessoas são reconhecidas pelo que fazem, e o capitalismo fortalece essa idéia quando somente valoriza o trabalhador se ele desempenhar alguma função necessária no fluxo produtivo (Netto, 2001).

O contrário dessa situação, que seria “não ter trabalho, estar desempregado”, por conseguinte, desperta, em homens e mulheres, a depressão e a ansiedade², sofrimentos psicológicos muito mais ligados ao significado da condição de “estar desempregado” (acreditar não ser honesto, digno, capaz, etc.) do que à perda do emprego em si, gerando, ainda, outros sintomas psicossomáticos, como úlcera, artrite, hipertensão e alcoolismo, dentre outros (Silva et al., 1986; Lima, 2005).

Para as mulheres, que detêm as taxas mais altas de desemprego e que, muitas vezes, são também responsáveis pelo sustento doméstico, além da criação dos filhos, o peso das interveniências psicológicas oriundas do desemprego tende a se agravar, levando ao sofrimento e à instabilidade emocional (Braga, 1999).

Segnini (2003, p. 139) relata que, em pesquisa³, nos anos 2000 e 2001, com 12 mães desempregadas na Região Metropolitana de São Paulo, a situação experimentada pelas entrevistadas era a seguinte:

Vivenciar a situação de desemprego é considerado muito difícil por todas as mulheres entrevistadas. As dificuldades econômicas que enfrentam se somam aos problemas sociais e familiares, agravados pela ausência de direitos (ou direitos limitados) e são descritos com emoção, tendo provocado choro [...].

² Em referência, Seligmann (1999) esclarece que “[...] depressão, impotência, carência, discriminação, incompetência são palavras que povoam a vida dos desempregados, no pesadelo que representa estar em um mundo que friamente exige excelência, quando elas necessitam de respeito e solidariedade”.

³ A pesquisa faz parte do projeto **Desemprego: Aspectos Institucional e Biográfico, uma Comparação Brasil, França, Japão**, coordenado por Nadya Araújo Guimarães e realizado no Centro de Estudos da Metrópole.

Cabe referir-se ainda que, em outra pesquisa informada por Vieira (2003) — onde foram entrevistadas 70 mulheres que se encontravam na condição de desemprego, na Região Metropolitana de São Paulo, entre 2001 e 2004, após terem sofrido demissão da empresa em que trabalhavam —, o discurso das entrevistadas referia que “ter trabalho” era uma questão de “[...] sobrevivência emocional, na medida que sair de casa para trabalhar fora [...] significava independência financeira, mas também emocional, fuga do insulamento familiar, ultrapassagem da retenção numa única esfera da vida: a casa e a família”.

Tais relatos formatam um quadro de ampliação do sentido do desemprego que ultrapassa as questões de ordem econômica e que enfatiza a importância da reflexão sobre os desdobramentos psicossociais decorrentes dessa vivência, especialmente pelas mulheres, e seus impactos na saúde física e mental. No entanto, o presente estudo não irá aprofundar essas questões regionalmente, mas pretende dimensionar, no tópico seguinte, a evolução das estatísticas sobre desemprego feminino, construindo um cenário sociodemográfico com base nas variáveis faixa etária, escolaridade, cor e posição no domicílio.

A evolução da taxa de desemprego feminino

Ao se analisar a série de dados da PED-RMPA com o intuito de observar a evolução da taxa de desemprego total da população que se encontrava no mercado de trabalho da Região, no período 1993-07, observa-se um incremento da PEA feminina de 287.000 novas trabalhadoras no mercado de trabalho (ao passo que os homens aumentaram em 183.000 a sua PEA). Todavia esse crescimento da mão-de-obra feminina não encontrou correspondência na ampliação de seu nível ocupacional, o que acarretou maior desemprego para as mulheres, comparativamente aos homens (Gráfico 1).

Em 1993, o total da taxa de desemprego na RMPA era de 12,2% e, em 2007, passou para 12,9%, porém, em termos de movimento geral no período, verificou-se uma tendência de aumento na década de 90 e taxas decrescentes nesta década.

O ano de 1999 apresentou a maior taxa de desemprego de todo o período (19,0%), correspondendo a 316.000 indivíduos na condição de desemprego. Essa taxa foi resultante do ingresso de 89.000 novos trabalhadores no mercado de trabalho nesse ano, número este que não encontrou correspondência no incremento ocupa-

cional, pois o mercado de trabalho obteve um aumento de somente 24.000 novos postos.⁴

Já quando se focaliza a análise na atual década, observa-se que a maior taxa de desemprego ocorreu em 2003 (16,7%), por conta, novamente, de um número superior de ingressantes no mercado de trabalho frente ao aumento do nível de ocupação: a incorporação de 35.000 indivíduos contra o acréscimo de somente 5.000 postos de trabalho. Nesse ano, os desempregados foram 296.000 pessoas, com a PEA estimada em 1.771.000 indivíduos.

A partir de 2004, inclusive, a relação entre ingressantes no mercado de trabalho e o crescimento do nível de ocupação inverteu-se: o número de indivíduos que entraram no mercado de trabalho passou a ser inferior aos novos postos de trabalho que foram abertos,⁵ resultando em redução das taxas de desemprego nos anos que se seguiram.

Analisando-se os contingentes **feminino** e masculino, separadamente, quanto à evolução da taxa de desemprego, esses fenômenos da taxa total dos indivíduos se repetiram tanto para as mulheres como para os homens, obedecendo a igual movimento dos mesmos períodos destacados para o total da população em atividade na RMPA. Pode-se observar, no entanto, que as taxas de desemprego das mulheres, em todos os anos da série, se mantiveram superiores às taxas masculinas.

Em 1993, a taxa de desemprego feminino representava 14,3% do total da PEA feminina (84.000 mulheres) e, em 2007, passou a 16,0% (140.000 mulheres); para o grupo masculino desempregado, a taxa era, em 1993, de 10,7% (90.000 indivíduos), tendo registrado, em 2007, pequena variação negativa, passando a 10,2% (105.000 homens) do total da PEA masculina.

Focando-se a década de 90, novamente, o ano de 1999 indicou a maior taxa de desemprego feminino, registrando 21,9%, enquanto, para o grupo masculino, a taxa alcançou, nesse ano, 16,7% da respectiva PEA. Nesta década, as maiores taxas de desemprego, tanto

⁴ Cabe salientar-se que, na comparação com o período 1997-98, momento em que se verificou o início do crescimento da taxa de desemprego, o número de ingressantes no mercado de trabalho em 1998 foi maior do que os que ingressaram em 1999 (107.000 contra 89.000), mas a taxa de desemprego ficou num patamar inferior, devido ao incremento de 53.000 novos postos de trabalho naquele ano.

⁵ No período de 2004 até 2007, foram registrados, pelos dados da PED, incremento de 127.000 novos ingressantes no mercado de trabalho e aumento de 178.000 novos postos de trabalho.

para as mulheres como para os homens, foram registradas em 2003: para as mulheres, registrou-se taxa de 20,2%; enquanto, para os homens, 13,9% (Gráfico 2).

Ademais, cabe destacar-se que, com o crescente desemprego entre as mulheres, estas passaram a representar, a partir de 1998, mais da metade dos desempregados, invertendo a situação anterior, em que, dada a maior presença masculina no mercado de trabalho, a maior parcela de desempregados era constituída por homens.

Quanto ao **tipo de desemprego**, pode-se constatar que, em 1993, a taxa de desemprego aberto do segmento feminino era de 9,3%; e a do masculino, de 5,9%, enquanto a de desemprego oculto era de 5,0% para as mulheres e de 4,8% para os homens. Na década de 90, mais uma vez, o ano de 1999 sobressai-se com a taxa feminina de desemprego aberto alcançando o patamar de 15,3%, enquanto a masculina ficou em 9,5%. O contingente feminino classificado na condição de desemprego oculto, nesse ano, registrou a taxa de 6,6%; e o masculino, de 7,2%.

Na presente década, salienta-se 2003, que obteve a segunda posição entre as maiores taxas de desemprego de toda a série: a taxa feminina de desemprego aberto ficou em 14,5%; e a masculina, em 8,4%. As taxas de desemprego oculto das mulheres e dos homens registraram, nesse ano, valores mais próximos: 5,7% e 5,5% respectivamente.

Constata-se que, nesse quesito, a evolução das taxas de desemprego aberto e oculto para as mulheres apresentou, a partir de 2004, um movimento decrescente contínuo, acompanhando o movimento geral da taxa de desemprego do total da população. O contingente de trabalhadores masculinos, por sua vez, contrariando o movimento geral, apresentou um acréscimo, em 2006, da taxa de desemprego aberto, voltando a se retrair em 2007.

Outro fator adverso em relação ao desemprego e que se manifesta com mais intensidade entre as mulheres é o **tempo médio de procura por trabalho**, que, considerando-se todo o período analisado (1993-07), sofreu aumento tanto para as mulheres como para os homens, tendo crescido mais para as mulheres, com um aumento de 10 semanas, e, em menor medida, para os homens, com acréscimo de oito semanas.

Ao se analisarem todos os anos da série estatística da Pesquisa, observa-se que 1999 foi o ano que apresentou o maior tempo médio de procura por trabalho pelo total dos indivíduos desempregados. Esse momento mais desfavorável, assim como para as outras variáveis, registrou uma média de 46 semanas de busca por um

posto de trabalho pelo total da população desempregada, sendo que, para o contingente feminino desempregado, o tempo médio ficou em 48 semanas e, para o masculino, em 45 semanas.

Nos anos que se seguiram, o tempo de procura por trabalho do total de desempregados oscilou entre 43 e 45 semanas, podendo-se verificar que, em 2004, se iniciou um movimento decrescente do tempo de procura por trabalho, tanto para as mulheres como para os homens, condizente com a trajetória de retração da taxa de desemprego observada para ambos os sexos a partir daquele ano.

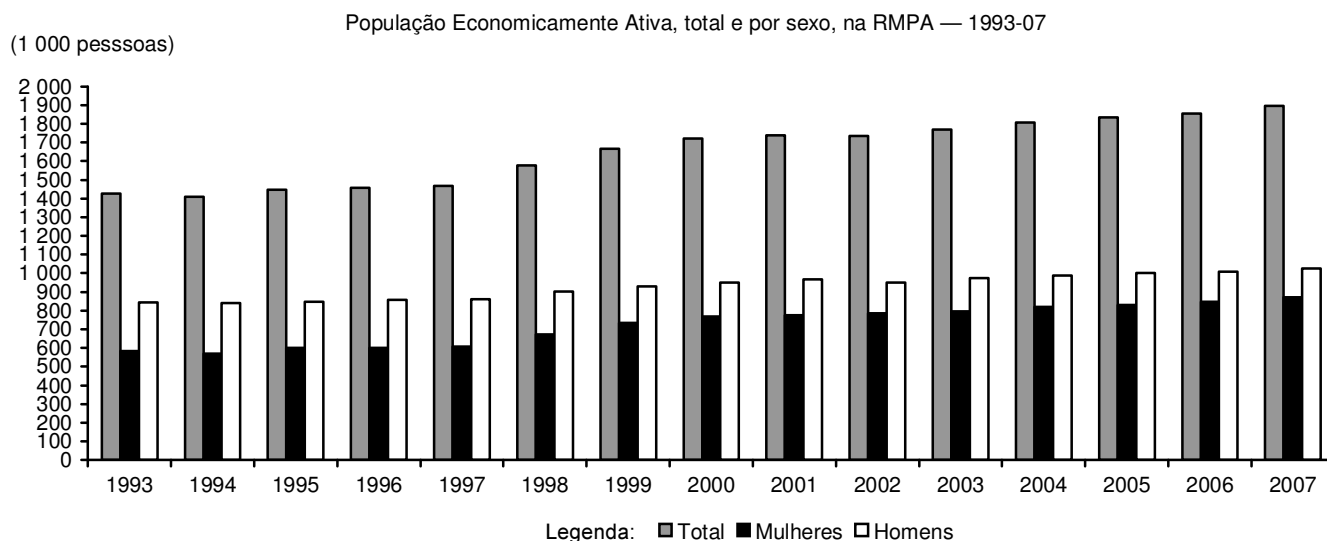
Quanto ao **perfil sociodemográfico** dessa população de desempregados, através do Quadro 1, constata-se que os contingentes mais atingidos pelo desemprego nos anos que apresentaram as maiores taxas durante a série histórica (1999 e 2003) foram, para o primeiro ano, os homens e as mulheres com nível de escolaridade fundamental incompleto, os adultos (entre 25 e 39 anos) e os indivíduos de cor branca (que correspondem a mais de 80% do total de mulheres desempregadas).⁶ Para o ano de 2003, o desemprego foi mais fortemente observado entre o grupo de mulheres com nível de escolaridade médio completo, enquanto a maior proporção de homens desempregados foi entre o grupo masculino que detinha o nível de escolaridade fundamental incompleto.

A faixa etária que apresentou maior proporção entre os que estavam na condição de desempregados em 2003, tanto para mulheres como para os homens, foi a dos indivíduos que estavam com idade entre 18 e 24 anos. Prevaleceu, mais uma vez, nesse ano de 2003, a maioria dos desempregados entre os de cor branca.

No que diz respeito à posição no domicílio, observou-se que, em 1999, os contingentes feminino e masculino desempregados se encontravam, em maior proporção, entre os que ocupavam a posição de cônjuge e de chefe respectivamente, alterando-se esse padrão em 2003, quando a maior concentração passou a ser entre os que ocupavam a posição de filha e filho respectivamente.

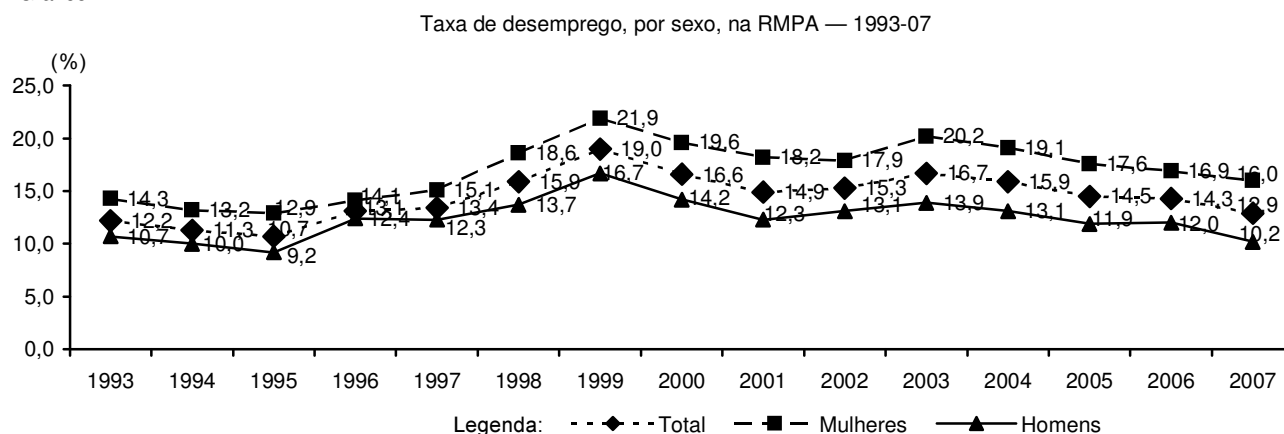
⁶ A parcela feminina de cor não branca representava menos de 20% do total das desempregadas.

Gráfico 1



FONTE: Banco de Dados da PED.

Gráfico 2



FONTE: Banco de Dados da PED.

Quadro 1

Perfil sociodemográfico das mulheres e dos homens desempregados, segundo características com maior concentração populacional na RMPA, em anos selecionados

CARACTERÍSTICAS	1993		1999		2003		2007	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Escolaridade	Fundamental incompleto (51,9%)	Fundamental incompleto (61,6%)	Fundamental incompleto (41,6%)	Fundamental incompleto (53,8%)	Médio completo (34,4%) (1)	Fundamental incompleto (41,8%)	Médio completo (37,7%) (1)	Fundamental incompleto (35,6%)
Idade	25 a 39 anos (35,5%)	25 a 39 anos (33,6%)	25 a 39 anos (33,5%)	25 a 39 anos (30,0%)	18 a 24 anos (36,1%)	18 a 24 anos (33,1%)	25 a 39 anos (36,1%)	18 a 24 anos (33,9%)
Cor	Branca (82,1%)	Branca (81,4%)	Branca (84,0%)	Branca (84,7%)	Branca (82,7%)	Branca (83,4%)	Branca (80,9%)	Branca (80,9%)
Posição no domicílio	Filha (40,5%)	Filho (48,1%)	Cônjuge (40,0%)	Chefe (46,3%)	Filha (40,1%)	Filho (46,3%)	Filha (38,8%)	Filho (46,9%)

FONTE: PED-RMPA. Convênio: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP e apoio PMPA.

(1) O nível de escolaridade médio completo inclui o superior incompleto.

O desemprego feminino em 2007

Em 2007, ano mais recente da série estatística da Pesquisa, a taxa de desemprego total apresentou queda em relação ao ano anterior, passando de 14,3% para 12,9% da PEA, representando a menor taxa desde 1995. Esse comportamento da taxa de desemprego total se deveu ao crescimento do nível ocupacional em 63.000 trabalhadores, entre 2006 e 2007, superando a incorporação de 43.000 pessoas que ingressaram na PEA, nesse período. Ainda em 2007, a PEA estimada foi de 1.898.000 indivíduos, sendo que 1.653.000 se encontravam na condição de ocupados. O contingente de desempregados retraiu-se em 20.000 indivíduos, passando a corresponder a 245.000 pessoas. Esse movimento decrescente da taxa de desemprego, como já foi mencionado, iniciou em 2004.

Decompondo-se a taxa de desemprego por sexo, verifica-se que, em 2007, a taxa feminina sofreu uma retração muito inferior à masculina, quando se compara esse ano a 2006. A taxa de desemprego das mulheres passou de 16,9% em 2006 para 16,0% em 2007, enquanto a dos homens se retraiu de 12,0% para 10,2%, correspondendo a uma variação negativa de apenas 5,3% para o contingente feminino e de expressivos 15,0% para o masculino. Em termos de contingente, as desempregadas passaram a ser 140.000; e os desempregados, 105.000.

No que se refere ao tempo médio de procura por trabalho do total de desempregados, a comparação de 2007 com o ano anterior apresentou redução de quatro semanas (de 38 para 34 semanas), correspondendo ao menor tempo despendido pelos trabalhadores desde 1997. Analisando-se esse item segundo o sexo, observa-se que, em 2007, o contingente masculino obteve, mais uma vez, uma redução de tempo maior do que o contingente feminino, passando de 36 para 31 semanas, enquanto as mulheres reduziram de 40 para 36 semanas o seu tempo de busca por trabalho.

Ao se verificar o **desemprego por tipo**, observa-se que, em 2007, a taxa de desemprego oculto apresentou maior redução do que a taxa do desemprego aberto, tanto para as mulheres como para os homens. A taxa feminina de desemprego oculto apresentou redução de 18,6% entre 2006 e 2007, e a masculina, de 21,1%; assim, essas taxas passaram, em 2007, a ser de 3,5% para as mulheres e 3,0% para os homens. As taxas de desemprego aberto retraíram-se em menor medida.

Assinala-se a pequena variação obtida no período pelo grupo feminino, que passou de 12,6% para 12,5%, enquanto a taxa masculina apresentou retração de 8,2% para 7,2% nesse período.

Assim, pode-se deduzir que a queda da taxa de desemprego feminino total em 2007 deveu-se quase exclusivamente à queda do desemprego oculto, pois a taxa do desemprego aberto feminino ficou praticamente inalterada.

Quanto ao **perfil sociodemográfico** desses grupos de desempregados, verifica-se que, em 2007, a maior concentração de mulheres nessa condição era daquelas com escolaridade de nível médio completo, na faixa etária entre 25 e 39 anos, que ocupavam a posição de filhas e eram de cor branca; entre os homens, a maior proporção de desempregados permanecia com o mesmo nível de escolaridade dos anos destacados anteriormente (1999 e 2003), ou seja, fundamental incompleto, faixa etária mais jovem, de 18 a 24 anos, também ocupavam a posição de filhos no domicílio em que residiam e eram de cor branca.

Considerações finais

Pela análise, pode-se observar que ocorreu expressivo ingresso de mulheres no mercado de trabalho, durante o período de 1993 até 2007, contribuindo para engrossar as fileiras do desemprego, de modo que a população feminina permaneceu enfrentando o mundo do trabalho com uma recorrente desigualdade, refletida nas grandes diferenças das taxas de desemprego comparativamente às dos homens.

Essa condição de maior precariedade do grupo feminino, em que houve aumento do desemprego das mulheres, durante o período analisado, relativamente ao decréscimo (mesmo que pequeno) do desemprego para os homens, é uma realidade inquestionável, podendo-se afirmar que não houve correspondência do mundo do trabalho ao intenso contingente de mulheres que se somou à PEA.

No que se refere ao perfil sociodemográfico do total do contingente feminino desempregado, verifica-se que, em 1993, esse grupo estava entre as mulheres que detinham nível de escolaridade fundamental incompleto, enquanto, no final do período (2007), esse mesmo grupo passou a ser as que detinham nível de escolaridade médio completo, ou seja, ocorreu aumento da escolarização das mulheres que compõem a população de desempregadas. A faixa etária das mulheres desempre-

gadas permaneceu igual à do início do período, de 25 a 39 anos.

Em relação à posição no domicílio, observa-se alteração no período analisado, passando de uma maior concentração de desempregadas entre as mulheres que ocupavam a posição de cônjuges em 1993 para uma maior concentração das que ocupavam a posição de filhas em 2007.

Quanto ao recorte da cor, constata-se que a maior proporção das desempregadas era de brancas, até porque a população não branca, apesar de deter as maiores taxas de desemprego, ainda representa um contingente significativamente menor na PEA⁷.

Como se pode verificar, a população feminina continuou sofrendo mais intensamente os reveses da conjuntura econômica que influenciaram o mundo do trabalho, registrando taxas mais altas de desemprego em relação aos homens. Ademais, pelo suporte bibliográfico pesquisado, pode-se também inferir que a condição de desemprego certamente influi no comportamento psicossocial do indivíduo, e as mulheres, por sua vez, além de terem que enfrentar obstáculos impregnados de conceitos tradicionais sobre “o papel social feminino”, deparam-se com as particularidades de ser sujeito feminino, “o dar conta” das tarefas domésticas e da criação dos filhos.

Assim, a extensão do desemprego, como se pode ver, ultrapassa as taxas propriamente ditas e interfere no dia-a-dia das trabalhadoras, criando dificuldades emocionais inerentes à vivência de “se estar desempregado” numa sociedade que impõe valor ao exercício de “estar trabalhando”.

As mulheres que integram a PEA se depararam com os “fantasmas” e a realidade do desemprego, acrescentando, muitas vezes, a essa angústia a responsabilidade única pelo sustento do lar, pelos afazeres domésticos e o comprometimento com filhos pequenos, fatores que interferem fortemente em sua saúde psicológica.

Vale lembrar-se, outrossim, que o estado de desvalia, com sentimentos depressivos, acaba criando um círculo vicioso extremamente estressante, dificultando inclusive a busca por trabalho, e as desempregadas podem desistir de voltar ao mercado de trabalho não por opção, mas por falta de alternativas.

Nesse contexto, emerge a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres desempregadas, que integrem em seu

programa não somente a assistência compulsória de reposição de renda (como se fossem “anônimas estatísticas”), mas que atinjam os outros aspectos que intervm na sua saúde, como sofrimento psicológico e assistência a seus filhos pequenos.

Numa perspectiva mais pragmática, devem-se introduzir programas que contemplem assistência psicológica, aconselhamento vocacional, formação de recursos humanos e treinamento e assistência familiar, com forte articulação com os programas de seguro-desemprego. A aquisição de novas habilidades por parte de uma pessoa estimula o bem-estar e a auto-estima e desenvolve novos hábitos e atitudes mais saudáveis para enfrentar os impactos danosos de eventos como o desemprego.

Referências

BRAGA, Marcos A. da Silva. **Desemprego: reflexão e discussão a partir de um depoimento**. Trabalho (Conclusão de Curso). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

CHAHAD, J. P. Z.; CHAHAD, Carolina. Os impactos psicológicos do desemprego e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho. **Revista da ABET**, v. 5, p. 179-218, 2005.

FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo, UNESP, 1996.

IBGE. **Censo demográfico 1991**: Brasil. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: Brasil. Rio de Janeiro, 2000.

KELVIN, P.; JARRETT, J. **Unemployment — its social psychological effects**. Cambridge University Press, 1985.

LIMA, Cássia Helena Pereira; Vieira, Adriane. Sofrimento, injustiças e desilusão: temas que emergem espontaneamente em uma pesquisa sobre significado do trabalho. **Revista da ABET**, v. 5, p. 3-42, 2005.

MACEDO, L. M. **Desemprego e suas relações com a identidade**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

MARQUES, Elisabeth et al. Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na RMPA. **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, v. 4, p. 9-28, 2004.

⁷ A PEA feminina não branca, na RMPA, foi estimada, em 2007, em 14,9%.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 15, n. 42, 2000.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 2, 2002. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 3, 2003. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 4, 2004. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 5, 2005. (Publicação especial do convênio da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre).

MULHER E TRABALHO. São Paulo: Fundação SEADE, n. 9, set. 2002.

NETTO, A. de P. et al. **Na rua da amargura?** O significado da perda do emprego para as mulheres. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 25, 2001, Campinas, ANPAD, 2001.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS — PNAD; 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SEGNINI, L. R. **Mulheres, mães, desempregadas**. In: GUIMARÃES, Nadya A. et al. **Desemprego: aspectos institucional e biográfico, uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo, 2003. (Relatório Científico CNPq).

SELIGMANN, Silva, E. **Desemprego: a dimensão psicossocial**. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 27, 1999, Caracas. Caracas, 1999, v. 1, p. 339-358.

SILVA, E. et al. Desemprego e saúde mental. In: —. **Crise, trabalho e saúde mental no Brasil**. São Paulo: Traço Editora, 1986.

TONI, Miriam. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à precarização das relações de trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2005.

VIEIRA P. et al. Gênero: diversidade de discursos e práticas sobre trabalho e desemprego. In: DEMAZIÈRE, D. et al. **Desemprego: aspectos institucional e biográfico, uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo, 2003. (Relatório Científico CNPq).